

# **Sumário**

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Modelos e Procedimentos de Controle da Aplicação dos Direitos Sociais nos Sistemas de Proteção aos Direitos Humanos .....	11
1.1. O Direito internacional social e os sistemas de proteção aos direitos humanos .....	20
1.1.1 A pluralidade de atores e fontes normativas do Direito internacional social.....	21
1.1.2 Os variados mecanismos de supervisão e controle da aplicação dos direitos sociais no Direito internacional social ....	28
1.2. Controle da aplicação dos direitos sociais no sistema universal .....	34
1.2.1. A Organização das Nações Unidas – ONU e os direitos sociais .....	35
1.2.2. Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	40
1.3. Controle da aplicação dos direitos sociais em sistemas regionais de proteção aos direitos humanos.....	53
1.4. Controle da aplicação dos direitos sociais em sistemas nacionais de proteção aos direitos humanos .....	63
1.4.1. Controle da aplicação dos direitos sociais no sistema nacional: o modelo brasileiro.....	65
1.4.1.1. O modelo brasileiro constitucional de proteção aos direitos sociais.....	65

1.4.1.2. O modelo brasileiro infraconstitucional de proteção aos direitos sociais e as mudanças originadas pela reforma trabalhista .....	71
1.4.2. Controle da aplicação dos direitos sociais em outros sistemas nacionais .....	82
Capítulo 2 – A Coordenação entre os Órgãos de Controle dos Direitos Sociais e o Trabalho Decente.....	95
2.1. Mecanismos gerais de coordenação entre os órgãos de controle dos direitos sociais .....	98
2.1.1. Coordenação por harmonização conceitual .....	104
2.1.2. Coordenação por convergência jurisprudencial .....	111
2.1.3. Controle de convencionalidade como mecanismo eficaz de coordenação da aplicação de direitos sociais entre o sistema internacional e o sistema nacional.....	117
2.2. O trabalho decente como padrão internacional de proteção mínima aos direitos sociais trabalhistas .....	129
2.2.1. Antecedentes históricos da adoção da noção de trabalho decente .....	133
2.2.2. Conceito, aferição e indicadores do trabalho decente .....	145
2.2.3. A normatização do trabalho decente em instrumentos internacionais e a possibilidade de aplicação destes como mecanismo de coordenação.....	154
2.2.4. Críticas e desafios ao trabalho decente enquanto estratégia de promoção de direitos sociais pela OIT .....	160

Capítulo 3 – O Padrão Internacional e a Proteção Trabalhista Brasileira em Matéria de Eliminação de Todas as Formas de Trabalho Forçado ou Obrigatório .....	167
3.1. O padrão normativo internacional .....	170
3.1.1. O padrão normativo estabelecido no âmbito da ONU e da OIT .....	173
3.1.2. O padrão normativo estabelecido no âmbito dos sistemas regionais de proteção aos direitos humanos.....	179
3.2. O padrão normativo nacional .....	182
3.2.1 O padrão normativo constitucional.....	183
3.2.2. O padrão normativo infraconstitucional.....	185
3.3. A construção doutrinária e jurisprudencial sobre o tema.....	188
3.4. A situação atual do padrão normativo nacional e alguns de seus efeitos .....	206
Capítulo 4 – O Padrão Internacional e a Proteção Trabalhista Brasileira em Matéria de Abolição do Trabalho Infantil .....	227
4.1. O padrão normativo internacional .....	229
4.1.1. Antecedentes históricos à proteção internacional do trabalho infantil .....	230
4.1.2. O padrão normativo estabelecido no âmbito da ONU e da OIT .....	233
4.1.3. O padrão estabelecido no âmbito dos sistemas regionais de proteção aos direitos humanos .....	242
4.2. O padrão normativo nacional.....	243

4.2.1. O padrão normativo do trabalho infantil em geral.....	244
4.2.2. O padrão normativo em matéria de aprendizagem e estágio ....	252
4.3. A construção doutrinária e jurisprudencial sobre o tema .....	254
4.4. A situação atual do padrão normativo nacional e alguns de seus efeitos .....	270
Capítulo 5 – O Padrão Internacional e a Proteção Trabalhista Brasileira em Matéria de Eliminação da Discriminação no Trabalho.....	291
5.1. O padrão normativo internacional .....	296
5.1.1. O padrão estabelecido no âmbito da ONU e da OIT.....	299
5.1.2. O padrão estabelecido no âmbito dos sistemas regionais de proteção aos direitos humanos .....	311
5.1.3. O padrão normativo estabelecido em outros sistemas de proteção nacionais .....	314
5.2. O padrão normativo nacional .....	317
5.2.1. O padrão normativo constitucional .....	318
5.2.2. O padrão normativo infraconstitucional.....	321
5.3. A construção doutrinária e jurisprudencial sobre o tema .....	333
5.4. A situação atual do padrão normativo nacional e alguns de seus efeitos .....	348
Capítulo 6 – O Padrão Internacional e a Proteção Trabalhista Brasileira em Matéria de Liberdade Sindical .....	371
6.1. O padrão internacional.....	374
6.1.1. Modelos de intervenção estatal na organização e atuação sindical.....	376

6.1.2. O padrão estabelecido no âmbito da ONU e da OIT .....	380
6.1.3. O padrão estabelecido no âmbito dos sistemas regionais de proteção aos direitos humanos .....	388
6.2. O padrão normativo nacional.....	392
6.2.1. O padrão normativo constitucional.....	395
6.2.2. O padrão normativo infraconstitucional.....	398
6.3. A construção doutrinária e jurisprudencial sobre o tema .....	403
6.4. A situação atual do padrão normativo nacional e alguns de seus efeitos .....	418
Considerações Finais .....	435
Referências .....	445